



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"



A Concentração Latifundiária no Brasil e a Luta Pela Terra- Cooperação e Agroecologia no assentamento Luiz Beltrame(Gália-SP)

Rafael de Almeida Andrade, Dr. Henrique Tahan Novaes, Campus Marília, Faculdade de Filosofia e Ciências, Ciências Sociais. Rafinha_fut9@hotmail.com – Bolsista PROEX

Eixo1: "Direito, Responsabilidade e Expressões para o Exercício da Cidadania"

Resumo

Tentarei explicar nesse artigo o processo histórico da concentração fundiária do Brasil e a luta pela terra do movimento social rural MST, estabelecendo a importância do cooperativismo e da agroecologia como fonte de emancipação do homem como ser humano no retorno ao contato homem x natureza e mostrando as particularidades do Assentamento Luiz Beltrame recém criado na cidade de Gália interior de São Paulo.

Palavras Chave: MST, Cooperativa, Agroecologia

Abstract:

I will try to explain in this article the historical process of land concentration in Brazil and the struggle for land in rural social movement MST, establishing the importance of cooperatives and agro-ecology as man's emancipation source as a human being on return to the contact man x nature and showing Settlement particularities Luiz Beltrame newly created in the city of Gaul São Paulo.

Keywords: MST, Cooperation, Agroecology

Introdução

Partimos de 1500 data do "descobrimento" do Brasil, de princípio as terras brasileiras foram renegadas, pois não apresentavam algo que fosse comercializado de imediato. Mas isso não quer dizer que não despertasse interesses de outros países como a Espanha e a França que já havia relatos que exploravam o pau-brasil no litoral brasileiro. A partir desse momento Portugal se vê obrigado a ocupar e proteger para efetivar sua dominação do território. Era então necessária trazer colonos portugueses para a efetivação do domínio da terra, então foi criado o sistema de capitânicas hereditárias, para o povoamento das áreas. Efetivada 30 anos depois do "descobrimento, foram instaladas 13 capitânicas com concessão do rei para exploração da terra, mais não era tão simples pois a vinda dessas capitânicas deveriam gerar lucro para coroa para viabilizar a rede de comércio na qual Portugal estava inserido e para manutenção da economia portuguesa. "A viabilização da empresa exigia porém a escolha da atividade lucrativa de sensibilizar os colonizadores, pelas facilidades oferecidas e pelos lucros potenciais. A produção de açúcar foi a solução justificável(...)" (FERLINI, 2003, p.20)

Podemos notar a partir daí como se deu a colonização do Brasil, defesa de território e obtenção de lucro com produção em larga escala para exportação e escoamento para Europa. Então

o intuito português era produção agrícola em específico açucareira produção de monocultura, mas para ter uma produção em larga escala era preciso mão-de-obra, precisaria de um grande contingente de trabalhadores para a vasta área de produção. "Nesses tempos de "conquista", o problema da terra confundia-se com o da escravidão dos indígenas, necessária para proporcionar mão de obra aos conquistadores. Desse modo, criou-se desde cedo no Brasil uma sociedade radicalmente segmentada. Logo em seguida, essa segmentação foi aprofundada pela escravidão africana, essencial ao esquema colonial de produção canieira estabelecido pela metrópole." (ARRUDA, 2009,p.397)

Mas a escravidão não era apenas um instrumento de mão-de-obra para a colônia era também a manutenção da soberania sobre as terras, ora, o Brasil com tamanha abundância de terras, a vinda de colonos livres acarretaria a posse de terras para auto se suprirem, isso não era saudável para colônia nesse momento de acumulação de capital e comercialização do açúcar, Portugal não estava nesse momento interessado em ocupar a terra e sim a viabilização da produção em larga escala do açúcar, para monopolizar a maior parte dos produtos e tentar restringir a produção de coisas dispersas que não satisfizesse a cadeia mercantil na qual Portugal estava inserido.



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"



Como podemos ver o Brasil sempre esteve inserido em um modelo onde poucos tem muito e muitos tem pouco, o Brasil historicamente está inserido em uma economia de dependência de exportação, acumulação de terras e escravismo, que moldaram todas as relações sociais e culturais existentes hoje. Avançamos a 1850, primeira lei de terras no Brasil. Entre a proclamação da independência e lei de terras houve vários conflitos e disputas pelo poder, das classes abastadas, contra as oligarquias fundiárias querendo terras. Do outro lado os trabalhadores pobres querendo melhores condições e os escravos se levantando em insurreições. Se pensarmos no contexto da época essa lei efetivava de forma a dar segurança aos senhores de terras, garantindo assim seu poder perante o Estado. Como falamos antes a terra era de posse da coroa e tudo dependia da concessão do poder central. A lei de terras veio em um momento muito oportuno, pois a discussão da abolição escrava já estava sendo discutida desde 1830, a pressão inglesa contra o tráfico negreiro vinha dificultando a vinda deles para o Brasil, a mão de obra começa a ficar de alto custo pois a vinda de escravos para cá acarretava uma série de riscos e prejuízos. A solução então seria a vinda de imigrantes de mão de obra assalariada, mas teria o mesmo problema que teve quando se escolheu a mão-de-obra escrava barrar o acesso a terra. Então como fazer com que os imigrantes não tivessem acesso a vasta área de terras do Brasil? A saída foi fazer da terra uma mercadoria com preços inacessíveis aos pobres, a lei de terra foi a efetivação e legalização do latifúndio no Brasil.

Na metade do século XX, devemos destacar a chamada "Revolução verde" que hoje conhecemos como agronegócio.

Se opondo ao latifúndio e a ditadura, surge no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Num segundo momento, no início dos anos 2000, o MST passará também a questionar os transgênicos, os agrotóxicos, os adubos sintéticos que conformam um complexo que impede a soberania alimentar e a produção de alimentos saudáveis.

É nessa complexa relação entre campesinato e agroindústria que partirei tentando mostrar a resistência dos movimentos sociais rurais, em específico o MST na luta pela terra e contra a revolução verde.

O Brasil registrou durante o primeiro governo da presidente Dilma Rousseff um aumento de concentração de terras em grandes propriedades privadas de pelo menos 2,5%. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) revelam que, entre 2010 e 2014, seis milhões de hectares passaram para as mãos dos grandes

Proprietários, quase três vezes o estado de Sergipe. Segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural, as grandes propriedades privadas saltaram de 238 milhões para 244 milhões de hectares. Devemos compreender que o bloqueio a reforma agrária está inserido em um conservadorismo agrário, esse conservadorismo diz respeito a ausência de políticas de concessão de terras aos trabalhadores rurais, fazendo da reforma agrária mera fachada para amenizar os conflitos entre fazendeiros e trabalhadores rurais. Essa pseudo reforma agrária não rompe com a estrutura social historicamente determinada, é apenas um meio termo. O Estado, controlado pelo agronegócio e outras frações do capital, evidentemente não assume seu papel para uma ruptura social, pois os assentamentos são desprovidos de suporte do Estado, não dão as mínimas condições para as famílias assentadas, que geralmente são "engolidas" pela agroindústria. Portanto, é apenas através da luta social, e com a ruptura do modelo imposto pelo capital, que haverá uma mudança radical das estruturas sociais.

Nesse contexto de conservadorismo e a total negligência do Estado em não dar a mínima condição aos assentados, o MST vem criando mecanismos para tentar suprir a falta do Estado no que diz respeito aos assentamentos, com formação política para seus militantes e atuação direta, com o ativismo, indo para as ruas e pressionando o governo.

Nesse contexto se encontra o nosso estudo no assentamento "Luiz Beltrame" no município de Gália interior de São Paulo um assentamento recém conquistado, com cerca de 76 famílias assentadas. Trata-se de um exemplo da ineficiência planejada do Estado em políticas públicas. Para se ter uma ideia, a homologação e posse dos lotes foi em realizada em 2012, de lá pra cá, não foram feitas nenhuma melhoria por parte do Estado. O assentamento se encontra sem energia elétrica, e sem fornecimento de água, a água é retirada de uma represa dentro do próprio assentamento, por meio de baldes e algumas vezes por bombas a gasolina. Se o Estado é ineficiente, os trabalhadores rurais não são, o movimento cria mecanismo para resistência, contra o capitalismo que cada vez mais se expande. Então como competir com um mercado capitalista que visa apenas o lucro? Essa é a grande questão dos assentamentos pois a reforma não foi feita e organizada pelo estado, foram batalha dos trabalhadores, contra os latifundiários, por isso o grande dilema da reforma, falta recursos estatais para a efetivação. Uma das formas de resistência e se manter frente ao capitalismo é por meio da cooperação, uma forma de se defender, visando



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"



uma agricultura democrática, para manutenção das famílias, viabilizando um mercado frente aos outros pequenos agricultores. A cooperação entre as famílias permite juntar forças, pois a produção nos assentamentos é em pequena escala, baixo recurso e precária tecnologia, assim permitindo um crescimento econômico e social para todos. A experiência que estamos tendo no assentamento Luiz Beltrame, é que 95% dos entrevistados gostaria da criação de uma cooperativa no assentamento, isso é reflexo da construção ideológica que o MST faz frente ao capitalismo, pois a maioria dos trabalhadores rurais já teve que vender sua força de trabalho as grandes agroindústrias, e a cooperativa é um passo importante da retomada do homem a realização do trabalho como fonte humanizadora, diferente do trabalho estranhado que fazia ao vender sua força de trabalho para agroindústria, e essa retomada com a terra produz sua existência e sua consciência como ser social.

O outro ponto que devemos abordar como um dos pontos principais da resistência do MST é a agroecologia como fator principal para enfrentar a alienação e o estranhamento do trabalhador rural, uma nova maneira de interagir com o meio ambiente e com produto de seu trabalho, com o controle do processo produtivo e técnico.

Lembremos que para Marx: "(...) O objeto do trabalho é portanto a *objetivação da vida genérica do homem*: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se por isso a si mesmo num mundo criado por ele. Consequentemente, quando arranca (*entreisst*) do homem o objeto da sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua *vida genérica*, sua efetiva objetividade genérica (*wirkliche Gattungsgegenständlichkeit*) e transforma sua vontade com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico a natureza." (MARX.,2004,p. 85). O homem é um ser genérico isso é ele produz livre e consciente, ele pensa a priori e objetiva seu trabalho na natureza, então a agroecologia é a retomada do homem como ser humano e o restabelecimento entre homem x natureza. Quando esse trabalhador do meio rural, vende sua força de trabalho ele é automaticamente expropriado da relação com a natureza, quer dizer essa relação passa a ser intermediada pela agroindústria, a agroecologia junto com o cooperativismo faz com que o homem retorne para sua esfera ontológica, o trabalho transformando a natureza e a si mesmo.

Segundo Mazzalla Neto (2014) é nesse contexto histórico, que agroecologia está sendo construída, o camponês consegue estabelecer no processo produtivo, fins outros que não sejam a acumulação

do capital, trazendo produção de alimentos, autopreservação do trabalhador e uma relação de reciprocidade com a natureza. Levando assim o trabalho com atividade humanizadora e libertadora para a superação da alienação do trabalho no campo. A agroecologia traz o estudo da estrutura social camponesa e a crítica anticapitalista com uma reflexão ecológica, e traz para o debate uma forma específica de relação homem-natureza-trabalho, nesses termos a agroecologia ganha força no pensamento de transformação social, no debate de recursos naturais e relação do trabalho.

Nesse sentido privilegiamos a construção agroecológica dentro dos movimentos sociais do campo com o destaque para o MST, pois tentam usar a agroecologia para o enfrentamento contra o desenvolvimento do capital e a subordinação do trabalho agrícola na indústria, que tem como ator principal o camponês sujeito histórico de resistência de conhecimento tradicionais no manejo dos recursos naturais.

No contexto do movimento social a conquista da terra não é suficiente para o combate a agroindústria, a agroecologia surge como experiência para estabelecer uma nova relação com a natureza e entre os próprios seres humanos. Para nós, os latifúndios reproduzem a exploração do trabalhador e a degradação ambiental. Na Agroecologia, tenta se romper com a alienação do trabalhador e retomar o controle da vida, ainda que de forma embrionária e isolada em assentamentos. Sendo assim a organização da vida das famílias camponesas, ultrapassa um sentido estrito para o trabalho como geração de mercadoria, a relação com a natureza se amplia, para a preservação e conservação dos recursos naturais. O trabalho pode se aproximar – ainda que embrionariamente - do sentido proposto de emancipação e humanização. Essa liberdade está marcada nas palavras dos trabalhadores rurais de se sentirem livres, ter sua horta, seus animais e poder organizar a produção como eles próprios desejam, parece assim que o homem camponês está mais próximo do caráter humano como mediador da natureza em seu autodesenvolvimento.

Objetivos

Este projeto de extensão possui três objetivos:

- a-) fazer um levantamento das necessidades do assentamento Luiz Beltrame no que se refere a cooperação e agroecologia
- b-) ajudar a construir uma possível cooperativa ou associação no assentamento,
- c-) "capacitar" e "qualificar" os assentados para o trabalho coletivo e agroecológico



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"



Material e Métodos

Para o desenvolvimento deste projeto de extensão realizamos até o momento revisão bibliográfica sobre: a) a questão agrária, b) cooperação e cooperativismo; c) agroecologia, d) alienação. Realizamos também a aplicação de formulário, junto com cerca de 15 membros do grupo de pesquisa Organizações e Democracia, que participaram voluntariamente deste momento. Além disso, fizemos uma entrevista com as lideranças do assentamento. Pretendemos agora realizar um levantamento de formas de relação com os movimentos sociais para melhor estruturar nosso apoio a formação da cooperativa ou associação do assentamento. Em nosso grupo de pesquisa, é comum o relato de formas autoritárias de relação da universidade com os movimentos sociais, que pouco contribuem para a autonomia dos mesmos.

Resultados e Discussão

Até o presente momento, 70% dos formulários tiveram seus dados tabulados, mas já podemos ter algumas noções sobre, a produção, o uso de agrotóxicos, o esclarecimento sobre cooperativismo, se a agroecologia é praticada no assentamento.

Figura 1. Gostaria que houvesse uma cooperativa no assentamento ?

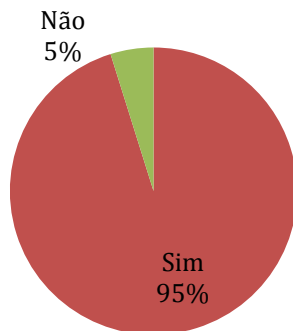
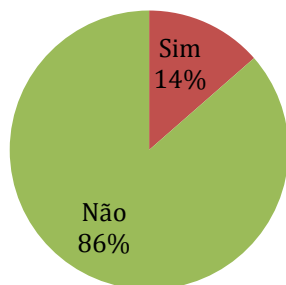


Figura 2. Usa Algum tipo de Agrotóxico?



Conclusões

Como estamos no meio da pesquisa, ainda não é possível estabelecer uma conclusão. Acabamos de realizar a coleta de dados, realizamos 70% da tabulação dos dados e pretendemos apresentá-los aos assentados em setembro de 2015.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente os trabalhadores do assentamento Luiz Beltrame por toda colaboração e paciência com os questionários e por sempre me receberem bem nas minhas visitas no assentamento. Ao professor Henrique Tahan Novaes pela oportunidade de estar no projeto e de me ajudar a aprofundar nos estudos da área. E a Luciana da Silva Rocha pela ajuda no projeto e nas correrias das tabulações. Minha Mãe Elisabete e Minha tia Cecília

Referências

ARRUDA, Plínio Sampaio, O impacto do MST no Brasil de Hoje in CARTER, Miguel (Org), **Combatendo A Desigualdade Social O MST e a Reforma Agrária No Brasil**, São Paulo, Editora Unesp 2008 P 397-408

CARTER, Miguel (Org), **Combatendo A Desigualdade Social O MST e a Reforma Agrária No Brasil**, São Paulo, Editora Unesp 2008 P 287-330

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan, A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades in: BENINI, Edi; FARIAS, Maurício Sardá; NOVAES, Henrique Tahan; DAGNINO, Renato (Org) **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas Públicas de Economia Solidária Volume II**. São Paulo, Outras Expressões, 2012. P 121-152.

FERLINI, Vera, **Terra Trabalho e Poder: O mundo dos engenhos no Nordeste colonial**, Bauru, Edusc, 2003

MARX, Karl, **Manuscritos econômicos-filosóficos**, São Paulo Boitempo, 2004

MAZZLLA, Wilson Neto, Agroecologia e crítica da alienação: agricultores camponeses e a experiência do trabalho in NOVAES, Henrique; MAZIN, Ângelo Diogo; SANTOS, Lais (org) **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**, São Paulo, 2015

VIEIRA, Pedro Antonio, **A inserção do "Brasil" nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c. 1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar**, Campinas, 2010 P 499-527



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:
unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"


PROEX
PROGRAMA DE EXTENSÃO CURRICULAR